



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Representações da imagem do poder real na Bahia no primeiro Império¹

Edmilson de Sena Morais² (edmorsaba@yahoo.com.br).

Resumo

O artigo analisa como a sociedade baiana após as lutas pela Independência do Brasil na Bahia (1822-1823) utilizou do expediente “cartas ao imperador”, através do gabinete da presidência da província solicitando diversas benesses e soluções aos mais diversos problemas advindos da “guerra”: indenização pelos prejuízos materiais, empregos, títulos honoríficos e nobiliárquicos, indultos, baixa militar, liberdade no caso dos escravizados alistados ao exército, alforria em outros casos, pensão etc. Dessa forma, evocavam não só a sua real autoridade, mas o que sua pessoa representava: a figura do pai protetor e defensor dos brasileiros, discurso elaborado pelas elites políticas dando-lhe o título de “Protetor e defensor perpétuo do Brasil”, que, diga-se de passagem, soube utilizar muito bem na construção da sua imagem. A construção dessa imagem é resultado do desdobramento da teoria do direito de divino das monarquias europeias presentes no ideário das elites brasileiras que utilizaram desse expediente nos sentido de manter as estruturas sociais e de poder para a manutenção do *status quo* e seus privilégios, afinal, os movimentos de independência na América como um todo, tinham o caráter

1. Este artigo é um desdobramento da monografia apresentada no curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS no ano de 1997, intitulada: “O rei do Brasil na Bahia no primeiro império: imagem, cultura e poder.”

2. É mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, especialista em Metodologia, Ensino e Pesquisa pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, especialista em Metodologia e Teoria da História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e graduado e licenciado em História, pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia, lecionando as disciplinas de Pesquisa e Prática do Ensino de Língua Inglesa, Seminário Interdisciplinar de Pesquisa e é docente de História na Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEEB, na cidade de Salvador.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

republicano e o conseqüente fim da escravidão o que contrariava completamente as expectativas da classe senhorial agroexportadora. Inicialmente contextualizamos a sociedade baiana no processo de emancipação política da colônia portuguesa e a conseqüente formação do império sob os auspícios da monarquia de direito divino, que, apesar de proclamada constitucional, foi outorgada por D. Pedro I, e nela estavam impregnadas as heranças do Antigo Regime. Em seguida analisamos como a imagem de pai, divino, redentor, augusto do imperador é construída e de que forma a utilização desse expediente é evocado, no sentido de sensibilizá-lo diante das dificuldades em que se encontrava a população para a solução de seus problemas.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Estado monárquico; Cartas ao Imperador.

Resumo

La artikolo analizas kiel la loka socio, post la luktoj por la Sendependenco de Brazilo, en Bahia (1822-1823) uzis rimedon "litero al imperiestro", tra la oficejo de la prezidanteco de la provinco, petante plurajn profitojn kaj solvaĵojn al la plej diversaj "milita" problemoj: kompensoj por perdoj materialoj, laborpostenoj, estimata kaj noblaj titoloj, pardonemaj, mallalta militistoj, libereco en la kazo de la armeo varbis sklavojn, liberigo en aliaj kazoj, estraro, ktp. Tiel, ne nur elvokas sian reĝan aŭtoritaton, sed lia persono reprezentitaj: la figuro de patro kaj protektanto de brazila defedanto, parolado preparitaj por politikajn elitojn, donante lin la titolo de "Protektanto kaj eterna defendanto de Brazilo", kiu, diri vojon, sciis tre bone uzi en konstruado de lia bildo. La konstruo de ĉi tio imago rezultas de disfaldo de la teorio de la dia rajto, de la eŭropaj monarkioj ĉeestanta en la menso de la brazilaj elitoj kiuj utilis por senti subteni sociajn strukturojn kaj



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

povi subteni la status quo kaj liajn privilegiojn, ĉar, finfine, la sendependenco movadoj em Ameriko, kiel ĉiuj, havas respublikan karakteron kaj la konsekvenca fino de la sklavismo, kio tute kontraŭdiras atendojn de la plantanto klaso agroeksportado. Komence, ni kuntekstas Bahian socion en la politika emancipiĝo de la portugala kolonio kaj la posta formado de la imperio sub la aŭspicioj de la monarkio de dia rajto, ke, malgraŭ konstitucia proklamis, estis donitaj de la reĝo Petro I kaj trempis sian heredaĵojn de Malnova Reĝimo. Tiam, ni analizas kiel patran bildon, dia, liberiganto, aŭgusta Imperiestro estas konstruita kaj kiel la uzo de ĉi konvenas elvoki por sentivigi ĝin antaŭ la malfacilaĵoj, kiujn trovisis popolon por solvi siajn problemojn.

Ŝlosilvortoj: *Brazila Sendependenca; Monarkia ŝtato; Leteroj al Imperiestro.*

Abstract

The article analyses the bahian society after the fights for the independence of Brazil in the State of Bahia (1822-1823) used of the expedient "letters to the Emperor" through the Office of the Presidency of the province requesting various favours and solution to various problems arising from the war: indemnity for material damage, jobs, honour and nobility titles, pardons, low military, freedom for enslaved enlisted in the army, freedom, in other cases, pension etc. In this way, evoke not only their real authority, but what your person represented: the father figure protector and defender of the Brazilians, speech prepared by political elites by giving him the title of "protector and perpetual defender of Brazil", which knew uses very well in building his image. The construction of this image is the result of the unfolding of the divine right theory of the European monarchies in the ideals of Brazilian elites who used this expedient in order to maintain the social and power structures for the maintenance of the status quo and its



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

privileges, after all, the independence movements in America as a whole, had the Republican character and the consequent end of slavery which completely contradicted expectations of agri-export Manor class. Initially we contextualizing bahian society in the process of political emancipation of the Portuguese colony and the consequent formation of the Empire under the auspices of the monarchy of divine right, which, in spite of proclaimed constitutional, was granted by d. Pedro I, and it was impregnated with the legacies of the ancien régime. Then we analyze how the image of father, divine, redeemer, the Emperor Augustus is built and how the use of this expedient is evoked, in order to raise awareness of him in front of the difficulties in which the population were for the solution of their problems.

Key-words: *Independence of Brazil. Monarchical State. Letters to the Emperor.*

Introdução

Diversos setores da sociedade baiana durante o primeiro império, principalmente após as lutas pela expulsão dos portugueses da província, travadas nas cercanias da cidade de Salvador, enquanto desdobramento do processo de independência da colônia portuguesa na América (1822-1823) usaram do recurso da correspondência escrita, cartas³ endereçadas ao Imperador, solicitando sua intervenção às suas mais diversas necessidades e aspirações, provocadas pela situação socioeconômica na qual se encontravam após as contendas com as forças lusitanas.

A utilização desse recurso reflete uma prática da tendência do comportamento de uma sociedade de ordens caracterizada pela mentalidade do Estado Moderno europeu, a monarquia de direito divino, (CHARTIER, 1988; TORRES, 1989; APOSTOLIDÈS, 1993; BURKE, 1994; DEBRAY, 1994) transposto para a América

3 - APEB, Seção Colonial e Provincial, Guia do Império (1ª parte), 1825-1826.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

portuguesa com a vinda de D. João, príncipe regente do trono de Portugal, sua família e grande parte da nobreza reinol, juntamente com todo seu contingente burocrático para o outro lado do Atlântico, transformando assim, sede do governo metropolitano a sua mais rica colônia.

A interseção do monarca não dizia respeito apenas a assuntos de ordem administrativa, mas, também em todos os assuntos do reino, inclusive aos mais elementares de uma escala de valores da administração pública até os de ordem pessoal de muitos dos seus súditos, pois, a relação com os poderes locais por parte do povo, não se fazia na ordem direta, mas sim indireta, e nesse caso, a visão era muito outra - o rei simboliza o pai (TAVARES, 1977; ARAS, 1995; SHWARTZ, 1988; MATTOSO, 1992; RIBEIRO, 1991; BURKE, 1994; DEBRAY, 1994), portanto, é ele que tem a capacidade de entender e interceder perante os “desvalidos” e “oprimidos”, o que faz parte da “cultura política” desse regime. (CHARTIER, 1988).

Diante desse contexto, estudaremos a forma pela qual foi concebida a imagem do rei do Brasil na Bahia, e as diversas maneiras pelas quais se reportavam ao soberano no primeiro império. Para tanto serão utilizadas a correspondência ao imperador, na qual não só o povo, como as demais camadas sociais se dirigem ao monarca, evocando sua “real, magnânima, divina, augusta e constitucional pessoa”, para interceder nas suas necessidades mais iminentes.

Os estudos sobre a guerra de independência na Bahia durante muito tempo trataram do processo institucional, político e administrativo com o império português, e as circunstâncias da guerra na conjuntura da época, faltando perceber como efetivamente reagiram os baianos pela causa nacional, a qual era uma aspiração de todos, e que ao longo da nossa história não foram poucas as tentativas, inclusive na própria Bahia com a Revolução dos Alfaiates, que pretendia uma separação definitiva



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

da metrópole e o fim da escravidão, e que de alguma maneira reacendia suas aspirações nesse momento com a presença de muitos que atuaram à época da sua conflagração. (ARAÚJO, 2001).

Nesse período, a Bahia vai ser palco de intensas lutas na defesa da autonomia política do império, e isso só foi possível, devido à resistência das elites políticas baianas de não aceitar a decisão das cortes de Portugal em submeter à província a uma autoridade lusa no comando das armas, o tenente coronel Ignácio Madeira de Melo em substituição de um oficial brasileiro, o tenente coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, o que levou aos primeiros confrontos entre portugueses e brasileiros em Salvador, alastrando-se pelo Recôncavo e demais áreas adjacentes, numa luta pela separação entre metrópole e reino na perspectiva da fundação de um Império sob o regime constitucional unitário, caracterizado por uma fase de depressão econômica e frequentes revoltas populares que se prolongaram até a década seguinte com o advento da Sabinada. (MATTOSO, 1992; REIS, 1989; CAVALCANTE, 1986; PINHO, 1964; ARAS, 1995; TAVARES, 2003; KRAAY, 2002; GUERRA FILHO, 2001, 2004; ARAÚJO, 2004).

O que se propõe discutir nesse texto é como todo um discurso preparado pelas elites brasileiras contribuiu na construção da imagem paternalista e defensora do rei do Brasil através do título de “defensor perpétuo”, e da forma como foi posto em prática, efetivamente, passando a ser reproduzido no seio da população baiana, que conseqüentemente também o foi nas demais partes do território brasileiro, sentindo-se desamparadas e desesperadas, pelo menos, os mais desfavorecidos e aqueles que se sentiram prejudicados, recorreram de forma prática, através de cartas à Sua Majestade Imperial.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O projeto apelativo a um “Defensor e protetor perpétuo do Brasil”

Ao mesmo tempo em que se formava o Estado Nacional Brasileiro na corrente dos movimentos liberais que eclodiram na Europa, o que influenciou decisivamente o destino político do “Reino do Brasil”, o processo de separação irremediável da sua metrópole, nesse mesmo momento, arquitetado de maneira artilosa pelas elites senhoriais, também foi construída a imagem do futuro dirigente do império, pois, “a imagem é muito mais antiga do que a escrita: é o mais antigo de todos os nossos signos, anterior ao hieróglifo, ideograma e alfabeto.” (CHARTIER, 1988, p. 12).

A aclamação de D. Pedro com o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil” não foi uma iniciativa autônoma e espontânea da sociedade carioca, mas sim, a Maçonaria que sempre o influenciou a aceitar essa condecoração, haja vista serem membros dessa confraria alguns ministros do império, como José Bonifácio e Luís da Nóbrega, como também, José Clemente, presidente da Câmara do Senado, e outros que integravam a política no Rio de Janeiro. Entretanto, foi Joaquim Gonçalves Ledo que insistiu em lançar mão da opinião pública para se alcançar a independência por todos os meios possíveis. (RODRIGUES, 1975; BARATA, 2007).

Para tanto, as elites políticas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais articularam meios para promover a permanência do regente no Brasil, e que o mesmo se comprometesse a permanecer e lutar em sua defesa e soberania. Isso está relacionado às chamadas “lutas de representação” que, segundo Chartier (1988, p.17) acontece “quando um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo social, seus valores, e o seu domínio.”

A construção da imagem do rei, portanto, pauta-se a partir dos interesses políticos e econômicos da classe senhorial brasileira, pois, percebiam que a saída do príncipe do Brasil traria prejuízos funestos aos seus interesses, bem como, o retorno do monopólio metropolitano sobre o Reino, que, afinal de contas tinha chegado a uma condição vantajosa na economia e na política até então desconhecida.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Assim sendo, essa imagem não foi construída aleatoriamente. A aristocracia, os comerciantes brasileiros e representantes de setores progressistas, ou seja, grupos que apoiavam a separação entre os dois reinos, - percebiam as grandes vantagens de uma autonomia política, e logicamente refletiria na economia. Esses setores não poderiam deixar escapar pelas mãos aquele momento, e por isso, tinham que utilizar o príncipe português para tal fim. “A presença do herdeiro da Casa de Bragança no Brasil ofereceu-lhes a oportunidade de alcançar a Independência sem recorrer à mobilização das massas.” (COSTA, 1985, p. 7).

Sendo assim, quando foi aprovada a proposta de Mendes Vianna de conceder a D. Pedro, ainda regente, o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, obviamente a intenção não era apenas satisfazer o ego do jovem futuro monarca, mas sim, criar um símbolo para o povo brasileiro no sentido de prevalecer as velhas estruturas patriarcais dos tempos coloniais. “Em 4 de outubro de 1822, D. Pedro é condecorado Grão Mestre da maçonaria, e nesse mesmo dia programou-se para o dia 12 a sua aclamação.” (RODRIGUES, 1975, p. 28).

Naquele momento era necessário amalgamar as contradições históricas de uma ex-colônia submetida a um governo absolutista, e que o movimento pela independência não iria mudar em nada as velhas estruturas sociais cristalizadas ao longo da colonização, perpetuando uma sociedade extremamente hierarquizada sob o estatuto jurídico e social, sob o qual se estabeleceu e se sustentou até então.

Urgia satisfazer as aspirações dos “desvalidos e desesperançados” com a imagem de um rei “redentor”, e que nele refletisse o elemento que iria ao menos interceder pelas suas carências, necessidades e dificuldades. E foi corporificando essa imagem que as camadas mais inferiores da sociedade tomaram-no como referência, ratificaram e reproduziram-na, respondendo aos interesses das elites. (BARATA, 2007; AMARAL, 1923; TAVARES, 1977).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Para os grupos dominantes e articuladores de todo o processo de independência estava tudo muito claro, pelo menos em termos da manutenção do *status quo*, pois a perpetuação do modelo econômico e social, e o patriarcado, estariam garantidos, mesmo porque, a formação do império brasileiro, foi sem dúvida, resultado do jogo de interesses, não só desses segmentos, mas também pelo poder executivo, na pessoa de D. Pedro que não abriria mão de governar um império, a ser rei de uma nação que já o era por direito de sucessão, e que poderia passar pelas mesmas crises da política liberal pelas quais estavam passando as demais monarquias européias.

O embrião das relações sociais em nossa história é o patriarcado, desde a colônia até hoje, com algumas reminiscências em áreas rurais, perpetua-se não só no seio da família, como em todas as dimensões de poder no Brasil. Não é sem sentido e sem razão que a imagem de pai e tutor é concedida ao imperador. O regime senhorial português perpetrou-se no processo da formação social brasileira, desde as unidades produtoras rurais, os engenhos, até na vida urbana, mantendo-se por um longo processo, que só começou a diluir-se a partir da segunda república.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda:

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida. (1988, p.53).

José Bonifácio, o “patriarca da Independência”⁴, sem sombra de dúvidas foi um grande estadista e articulador da independência, homem de visão política mais profunda, fruto da formação universitária européia. Estava na Europa ao tempo da Revolução Francesa (RODRIGUES, 1985), pois vivera trinta e seis anos de sua vida em

4. Até mesmo a alcunha de “Patriarca da Independência” dada ao primeiro-ministro do império, ratifica o amalgamento do imaginário coletivo no sentido de evidenciar o patriarcalismo, herança do Brasil colônia.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Portugal, conhecendo de perto o capitalismo e suas vantagens numa economia de mercado, sendo dessa maneira, simpatizante das propostas liberais então disseminadas na Europa. Sua posição naquele momento quanto a maneira de conduzir as coisas era:

que o imperador não ficasse numa dependência extrema e perigosa [...]. O Imperador faria parte essencial da representação nacional e haveria um verdadeiro pacto entre o povo e o soberano, não se comprometendo este antecipadamente e rejeitando o que fosse inadmissível. (RODRIGUES, 1985, p.2).

A representação nacional do Imperador como “pai, redentor, salvador, e libertador do Império”, foi todo um projeto arquitetado e planejado pelos setores dominantes da sociedade do sudeste, que por sua vez encarregou-se de propalar tal projeto, o que aconteceu na Bahia, no Recôncavo, em junho de 1822, quando a liderança política local formada pela Junta Governativa também aclamou o príncipe regente como “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”. A elite agrária baiana reproduziu exatamente o que seus pares da corte planejaram, consagrando o rei em todo o território nacional, mitificando-o, arrefecendo assim, a possibilidade de uma contrarreação por parte dos chamados “desclassificados” juntamente com as oposições republicanas, que afinal de contas, representavam a grande parcela da sociedade.

Neste cenário histórico, evidentemente, o jogo de interesses estava presente em todos os estratos dessa sociedade, desde os representantes do poder executivo até os mais humildes. O Imperador investido do mais alto poder que a constituição lhe garantia, além do executivo, o moderador, somado ao que as elites nacionais o investiram: “Protetor e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil”, incorporado e reproduzido pelo povo, que o ratificou e utilizou às suas necessidades, evocando-o sempre nos momentos mais críticos em que se encontravam, e nesse caso mais precisamente, o pós-guerra.

A edificação dessa imagem, segundo a documentação trabalhada, é



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

estabelecida a partir das relações políticas entre o imperador e a sociedade baiana, pessoas oriundas de Salvador, Recôncavo e adjacências, ou, no dizer de Araújo (2001, p. 9): “recôncavos da baía de Todos os Santos”, que participaram com seus contingentes humanos no processo de expulsão dos portugueses da Brasil, tendo como pressuposto os efeitos da “guerra” e seus diversos desdobramentos no que diz respeito às questões sociais, econômicas, políticas, culturais e mentais. Segundo Araujo (2001, p.9), “[...] foi um processo de conflito social, econômico, nacional e racial.”

A relação rei *versus* súdito se estabelece através de vínculos previamente estabelecidos, a partir da qual o povo e governante passam a ter uma afinidade de dependência, de maneira direta: os súditos precisam do poder que emana do rei no sentido de obter proteção e favores, e o rei por sua vez, necessita da aprovação e apoio do povo na consolidação do símbolo do qual ele representa para o seu corpo social.

O rei tem para com ele duas obrigações, indicadas pelo Dictionaire de l'Academie em 1964: aliviar a miséria do povo e manter o povo na linha do dever. Em contrapartida, pode dele esperar fidelidade e amor, como expressam três frases escolhidas pelos Acadêmicos: fazer-se amar pelo povo, ter boas graças, o favor do povo. Um príncipe que tem o coração dos seus povos, a afeição de seus povos e Esse rei era adorado pelos seus povos. (CHARTIER, 1988, p.193).

A iniciativa de José da Silva Lisboa e Nogueira da Gama, monarquistas constitucionais, na defesa de seus planos, conseguiram levantar a opinião pública quanto a pretensão das Cortes de “recolonizar” o Brasil, rebaixar a autoridade do príncipe e reduzir o Reino à condição de colônia, dessa forma arregimentaram forças em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, no sentido de conseguir unir os mais variados setores da sociedade em apoiar a permanência do príncipe regente no Brasil. A admiração popular por D. Pedro não estava necessariamente ligada às práticas de manipulação da opinião pública usadas pelos grupos políticos em luta.

A questão era muito mais complexa porque envolvia tradições e um universo cultural nos quais a figura do rei era interpretada como a cabeça do corpo



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

político, como o fiel da balança como alguém capaz de proteger os desvalidos e os oprimidos das situações quotidianas contra as quais nem sempre conseguiam se defender. (OLIVEIRA, 1995, p. 92).

Houve uma mobilização rápida e eficiente por parte das elites do sudeste e sul numa iniciativa deveras bem articulada no sentido de influenciar a opinião pública para a permanência do jovem príncipe no Reino. O abaixo assinado recolhendo as assinaturas dos brasileiros, diga-se de passagem, a classe letrada, repercutiu nacionalmente e de forma positiva, pois, em cada região ou província, onde os “meios de comunicação” da época puderam alcançar o estilo corpo a corpo, a ideia implícita, de que a ameaça da perda do “pai” dos brasileiros significaria a orfandade e a desesperança de um futuro promissor, isso estava embutido no discurso dos principais cabeças do processo, e conseqüentemente não era isso que o grosso da população desejava.

Tendo o senado do Rio de Janeiro comunicado ao povo a necessidade de erigir o Reino dum império independente, a fim de escapar ao domínio português, foi a sua resolução transmitida às províncias do interior que a ela aderiram por escrito, cada uma dessas províncias elegeu um procurador geral encarregado de trazer a determinação assinada de todos os municípios respectivos e de os representar pessoalmente, no rio de Janeiro, por ocasião da aclamação solene do Imperador. (DEBRET, 1954, p. 76-77).

A cerimônia de aclamação foi marcada para o dia 12 de outubro no mesmo palácio em que D. João também foi aclamado. Segundo Debret (1954), o presidente da Câmara aproximou-se de D. Pedro com reverência e expressões de respeito e estima, e em nome do povo perguntou-lhe se aceitava o título de “Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil”, o que lhe respondeu afirmativamente o príncipe, pois já havia consultado o seu Conselho de Estado e seus procuradores, bem como examinou as representações das Câmaras Municipais que se fizeram representar ratificando assim suas posições a respeito. Em seguida, o presidente da Câmara retorna à janela e comunica ao povo que se aglomerava no local, a resolução do príncipe, que em resposta gritava “Vivas ao Imperador Constitucional, ao Império do Brasil, à Constituição e ao



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

povo constitucional do Brasil”. (DEBRET, 1954, p. 77-79).

Em 1º de dezembro daquele ano D. Pedro é coroado no Paço Municipal, onde jura obedecer a Santa Igreja Católica, defender e respeitar a constituição que está por ser feita. É criada a Ordem do Cruzeiro que será dada àqueles que prestaram serviços à causa da independência e que juraram respeitar e reconhecer a constituição. No ano seguinte ele cria a sua nobreza compreendendo um conde, dezesseis viscondes, vinte e um barões, além de inumeráveis comendadores e cavaleiros de todas as ordens. (ARMITAGE, 1981).

Na realidade um plebiscito indireto foi efetuado no sentido de se efetivar uma monarquia constitucional no Brasil. Apenas o direito de herança não era suficiente para entroná-lo Imperador. Uma consulta popular deveria ser feita, como o foi. A articulação dos setores interessados nesse desfecho fora eficiente, mesmo o Brasil estando em convulsões sociais, principalmente o norte e nordeste, mesmo assim, conseguiram o intento com sucesso, fundando assim a forma de governo monárquico no novo país.

Para Regis Debray (1994), nenhuma forma de poder pode existir sem que use a imagem como forma de consubstanciar a relação governo *versus* povo, a isso ele chama de midiológico: disciplina nova que se propõe analisar o grande espectro de atuação da força dos símbolos em todas as formas de governos. Para ele ao longo do processo histórico, a cada momento, em cada lugar, o poder político arregimentou mecanismos para ratificar o seu poder. Ao investigar as formas de governo que existiram e que subsistem e surgem, os mecanismos, apesar de diferentes no aspecto tecnológico, tem a mesma finalidade, cooptar as massas através do espetáculo apresentado pelo político. “A imagem real era construída também com palavras, faladas e escritas, em prosa e verso, em francês e latim.” (BURKE, 1994, p.28).

Na Bahia, a cristalização da imagem do imperador protagonizada pelas elites do sudeste, dá-se exatamente no momento em que as do Recôncavo aderiram e



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

apoiaram o príncipe regente e partem para o contra ataque aos portugueses, formando a Junta Provisória de Governo, ficando Cachoeira como centro das decisões políticas e centro administrativo da província em relação ao governo do Rio de Janeiro, e nesse momento resolvem aclamar o príncipe regente conforme feito pelos súditos da corte.

A 21 de junho há uma reunião de proprietários, lavradores, militares na qual inventariaram armas e munições, em 24 de junho concentraram-se soldados e oficiais milicianos José Garcia de Moura Pimentel e Aragão e Rodrigo Antonio Falcão Brandão no sítio Belém, povoado pouco acima da Vila de Cachoeira. Foram esses que oficiaram convocando uma reunião da Câmara. E reunida às 9 horas da manhã de 25 de junho de 1822, essa Câmara indaga ‘povo e tropa’ (...) se erão (sic) contentes que se aclamasse a S. A. R., o Sr. D. Pedro de Alcântara, por Regente e Perpetuo Defensor e Protetor do reino do brasil. (TAVARES, 1977, p. 131-132).

A adesão de um grande número de vilas baianas foi imediata e expressiva:

Maragogipe, Cachoeira, S. Francisco do Conde, Santo Amaro, Jaguaripe, Inhambupe, Pedra Branca, Abrantes, Itapicurú, Valença, Água Fria, Jacobina, Marajú, Rio de Contas, Camamú, Santarém e Cairú, formando um conselho interino ao qual ‘todas autoridades civis e militares, sem exceção alguma, ficarão subordinada. (TAVARES, 1977, p. 133).

A formação de um conselho interino para a defesa da Bahia ao avanço das tropas portuguesas contou realmente com um grande número de representações das vilas do Recôncavo, que formaram o centro das decisões político-administrativas da guerra. A aclamação do príncipe regente não ficou apenas ao nível das decisões interinas do conselho. Foi enviada uma carta pela Câmara da Vila de Cachoeira ao príncipe D. Pedro nesses termos:

Senhor - O leal e brioso povo do distrito de Cachoeira de quem temos a honra de sermos órgão, acaba de proclamar a V.A.R. como Regente Constitucional e Defensor perpétuo do reino do Brasil. (TAVARES, 1977, p. 137).

A partir daí, observamos que houve um pacto explícito entre esses dirigentes baianos e o regente do rei de Portugal, o futuro imperador, que por sua vez, correspondeu com essas propostas na medida em que as oportunidades se efetivaram, ou



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

seja, responder as aspirações que o povo depositava nele.

A reciprocidade desse pacto ficou evidenciada quando da visita do imperador e a família imperial à província da Bahia de 28 de fevereiro à 19 de março de 1826 , quando o monarca numa proclamação divulgada em Salvador, assim disse: “sou vosso Defensor, e ninguém tem mais interesse do que Eu na felicidade de todo o povo brasileiro e disto deveis estar capacitado.” (TAVARES, 1977, p. 143-144).

Não raro D. Pedro investia-se desse título nos seus discursos, nos seus decretos e nas suas atitudes. Foi lhe dado esta investidura e ele reproduziu-a de maneira tal, que efetivou sua paternidade para com os brasileiros. “[...]toda via serei fiel a minha palavra, dada à Assembléia, de não comprometer a tranquilidade e interesses do Brasil em consequência dos negócios de Portugal.” (ARMITAGE, 1981, p. 200).

As representações do poder soberano

O elo entre o soberano e todas as camadas sociais pode ser percebido através de “cartas-requerimento” dirigidas à Sua Majestade Imperial onde as pessoas descreviam suas necessidades mais prementes, como também suas aspirações, seus desejos, e algumas das vezes faziam o seu pedido de maneira direta e objetiva.

Essa relação entre monarca e súditos (MACAULAY, 1993), não foi apenas durante a estada de D. João VI no Brasil, mas, até o fim do segundo reinado, quando a solicitação da mediação do monarca nos problemas e necessidades do povo era uma constante em todos os momentos da sua a vida cotidiana, fosse em momentos de crise, fosse em momentos de “bonança”. Isso devido a uma questão cultural historicamente construída: uma sociedade eminentemente estigmatizada pelas diferenças sociais e culturais, tanto pelo seu estatuto jurídico quanto ao social e racial. (ARAS, 1995; SHWARTZ, 1988; MATTOSO, 1992; RIBEIRO, 1991; REIS, 1986).

Sendo assim, as “cartas-requerimentos” enviadas ao Imperador D. Pedro I,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

eram todas ligadas a esses assuntos, onde a população baiana das mais diversas categorias sociais utilizaram-se desse expediente para pedir-lhe empregos, indenizações por perdas patrimoniais ocorridas durante a “guerra”⁵, cargos públicos, títulos honoríficos e nobiliárquicos, baixa do serviço militar, alforria, indultos etc.

O que se percebe é uma dinâmica própria de uma sociedade extremamente estratificada, cuja minoria formada pelos representantes do setor comercial, agrário exportador, representava o poder local, regional e nacional, defendendo seus interesses pessoais, e a manutenção da ordem social vigente, econômica e política, utilizando sua influência no governo central, o qual dela era dependente (MALERBA, 2006) e recebeu seu apoio na fundação do Estado Nacional. Por outro lado, um grande contingente submetido à escravidão, além de permeada por ricos comerciantes portugueses sem poder representativo, e uma grande demanda de negros e mulatos - livres e libertos -, brancos pobres, juntamente com os deserdados da sorte: prostitutas, mendigos, loucos, assaltantes e doentes de toda sorte. (MATTOSO, 1992).

Nessa perspectiva, a legitimação da pessoa do Imperador como pai e tutor dos brasileiros, aparece a partir da correspondência, onde se evidenciam as saudações nas suas epígrafes, cuja maioria fora escrita pela secretaria da presidência da província, que naturalmente deveria usar tais reverências, já que era o órgão público que intermediava a sociedade e o rei, e também, como de praxe, evidenciar a deferência para com o soberano no sentido de sensibilizá-lo no deferimento dos requerimentos.

5. Para João José Reis (1989) o que se denominou guerra, não passou de escaramuças, termo também usado por Zélia Cavalcante (1986); Araújo (2001) utiliza o termo “guerrilha”, assim como Maria Graham (apud CAMPOS, 1996) usa a expressão, “guerra de guerrilhas”, em ambos, essas formas de combate aconteceu nos primeiros momentos dos conflitos, devido a desorganização das forças militares que recuaram para o recôncavo, depois submetidas ao comando do experiente oficial francês Gal. Labatut, que estabeleceu o *front* nas cercanias de Salvador, em Pirajá. Entretanto o termo guerra continua sendo usado como referência nos mais variados textos, inclusive, nas cartas, todos os requerentes usam o termo “guerra”. Para eles, foi “sangrenta”, e José Honório Rodrigues a denomina de “cruenta” e Kraay (2009) “cruenta e sangrenta”.

As saudações que iniciam as cartas trazem sempre rogativas, ovações e



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

apologias, como também expressões de comiseração, portanto, verificam-se como os requerentes abordam seus problemas e suas necessidades. Entretanto, subjacente a essa forma de se exprimir, está explícito todo o imaginário criado pelo povo na pessoa do monarca, não era só denominá-lo por palavras denominativas, mas também, como forma de exteriorizar o que ele significava naquele momento.

Afinal, como refletia a imagem do imperador naquelas pessoas? Analisando algumas epígrafes, podemos perceber como no próprio documento oficial já estava impregnado a ideologia do “Estado sedutor”: “A vista da Benignidade Paternal que com V.M.I. na sua proclamação se oferece a providenciar de pronto as necessidades dos seus súditos.” (APEB, IMPÉRIO, 1823-31).

A visão do povo quanto ao paternalismo do imperador foi constante ao se reportarem a ele nas cartas. Desse modo percebe-se que o patriarcado como instituição primaz na formação da família brasileira e a constituição de sua mentalidade desde os tempos coloniais, perpetuou-se ao longo da nossa história, refletindo assim no comportamento da sociedade no momento de dirigir-se ao monarca. Paralelo a isso, a sua aclamação como “pai e defensor perpétuo do Brasil”. A figura do pai austero, porém amoroso, dedicado e fiel a seu filho, sempre esteve presente no imaginário do povo conforme percebemos nessa correspondência. O patriarca é aquele que dirige e que determina, e que é sábio, benigno, portanto, é a ele que se deve dirigir, de maneira respeitosa, solene e humilde, para obter orientação e solução para as suas aflições e prerrogativas.

Ainda nas epígrafes das cartas consta: “P. a V. M. I. se digne despender com o suplicante e a comiseração Augusta e Paternal.” (APEB, IMPÉRIO, 1823-31).

O título de Augusto também lhe foi agraciado, afinal a característica divina deveria ser-lhe inclusive atribuída, apesar de não ter sido reconhecido o “direito divino”

herdado de sua estirpe pelo texto constitucional de 1824, “[...] definia a pessoa do



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

imperador como inviolável e sagrada” (BARATA, 2007, p. 366). De qualquer forma, simbolicamente foi preservado, mantido e reproduzido pelo senso comum, e pelos despachos oficiais, a partir da construção desse referencial estrategicamente elaborado, pelos discursos dos mais interessados na preservação dessa situação.

Nesta outra, por sua vez, a exaltação do soberano enquanto sublime: “[...] vem recorrer aos pés do Throno Augusto de V.M.I. para que como pai benigno dos desgraçados haja de lançar sobre ele as suas compassivas vistas”. (APEB, IMPÉRIO, 1823-31).

Evidencia-se o trono real como símbolo sagrado, elevado, lugar destinado àqueles que o tem por herança e por unção da “Santa Igreja”, portanto, também evocado como mediador nas solicitações. A situação em que se encontrava deveria ser destacada devido à própria condição de vida que se encontrava o povo de uma forma geral, “desgraçada”, mecanismo sempre destacado na correspondência.

E quase sempre é evocado pelo título dignificado pelas elites agrárias como: “Imortal Imperador Protetor e Perpétuo Defensor do Império do Brasil fosse reconhecido das Nações Civilizadas e de todo o universo inteiro.” (APEB, IMPÉRIO, 1823-31).

Ser imortal é um dos atributos daqueles que governam nações, povos, reinos, e isso, perpassa também uma qualificação de possuir um poder transcendental, e é dessa maneira que ele pode resolver tudo, não apenas a pessoa do próprio rei, mas sim, o corpo simbólico, divino e imortal que nele existe e se irradia em todos os sentidos, espraiando-se por todo o seu corpo social. (APOSTOLIDÈS, 1993). Afinal, era uma referência ao “Império do Brasil” como grandioso e resplandecente em todo o mundo, com seu caráter civilizador dessa parte do globo “cheio de bugres e de gentios”, necessitando do processo humanizador para dar-lhe caráter de nação, que na realidade



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

não era.

As reverências feitas ao Imperador estão carregadas de deferências, utilizando metáforas cada vez mais lisonjeiras, onde o escrevente, posicionando-se no lugar do requerente, coloca-o no mais alto grau de distinção, quase perfeito, ao mesmo tempo em que representa a própria justiça, símbolo de equidade e imparcialidade, ultimando a comparação do trono do monarca com o do papa. Finalizando de maneira respeitosa, reverente, submissa, ratificando mais uma vez a representação da imagem do rei como um ser divino, inviolável e inatingível.

Até mesmo tomando o trono real como a cadeira do pontificado: “Ante o Sublime, e Justiceiro Sólido⁶ de V.M.I. com a devida submissão, e acatante ousa aparecer [...]” (APEB, IMPÉRIO, 1823-31).

Peter Burke (1994) relaciona a construção da imagem do rei como uma necessidade vital. Ela deve ser retratada em todas as maneiras, e isto, não era apenas uma prática apenas do monarca, mas por todo o ministério que não poupava formas de promovê-lo. Luís XIV ao longo dos seus 72 anos de reinado sempre utilizou de todos os recursos culturais, políticos, artísticos e diplomáticos na perpetuação de sua imagem. (BURKE, 1994; APOSTOLIDÈS, 1993).

As mais variadas exaltações são utilizadas nessas cartas conforme vimos anteriormente, sendo norma as que são escritas pela secretaria da presidência da província, mas também o era nas particulares, feitas pelo próprio punho do requerente, exceções, indivíduos oriundos dos setores mais distintos da sociedade, que, no entanto, usavam as mesmas frases alusivas ao rei.

Esse expediente foi instituído, assimilado e reproduzido durante toda a monarquia brasileira, entretanto, no primeiro império, na Bahia, ele foi mais utilizado em razão dos efeitos da “guerra de independência”, - uma população que na sua

6. Cadeira pontificia (FERREIRA, 1977).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

totalidade era completamente marginalizada e inferiorizada, onde o sentimento de autocomiseração era bem mais acentuado, e, por outro lado, os extratos das hierarquias superiores requeriam indenizações, promoções e títulos honoríficos. Afinal, “numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem não raro os títulos honoríficos.” (HOLANDA, 1988, p. 51).

Conforme Chartier (1988, p. 198), as representações do poder soberano se manifesta de forma variada, em textos, em objetos que fazem parte do cotidiano de um grande número de pessoas, desse modo:

O conjunto destas representações constituem sem dúvida uma cultura política de Antigo Regime, na definição mínima desta entendida como a adesão à majestade (imperial) real, mostrada, explicada, exaltada. [...] Chamar a um rei pai do povo não será tanto elogiá-lo, mas chama-lo pelo seu nome.

Não raro D. Pedro investia-se desse título nos seus discursos, nos seus decretos e nas suas atitudes. Foi lhe dado esta investidura e ele reproduziu-a de tal maneira que se cristalizou sua paternidade para com os brasileiros.

Conclusões

Podemos inferir então, que as relações de poder e os processos de reações em todos os sentidos, sejam eles de resistência, ações coletivas ou individuais, de interesses comuns, pessoais ou de grupos específicos, se estabelecem dentro da própria dinâmica das sociedades, enquanto reflexo das suas próprias visões de mundo, e como são construídas no dia a dia, nesse imbricado de relações, que determinam atitudes e comportamentos diante de uma realidade pensada e vivida, dentro do próprio contexto cultural em que são desenvolvidas.

A utilização do expediente das “cartas-requerimento” ao imperador por todos os estratos da sociedade baiana naquele período, o pós-guerra pela independência do Brasil na Bahia, principalmente pelo menos abastados de uma forma geral, e os



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

escravizados, por conseguinte, no sentido de resolver suas questões pessoais e prementes, configura um processo no qual percebiam o Estado, na figura do Rei, como o intermediador de suas questões. Dessa forma, não se pode perder de vista a configuração desse estado, fundado sob a égide do patrimonialismo português, herança deixada pela presença da corte portuguesa no Brasil, em que o jogo de interesses e de privilégios dos mais diversos setores se fazia presente enquanto dinâmica própria, pautada pela ideologia da monarquia de Direito Divino. Mesmo não constando na carta constitucional de 1824, a reprodução dos *status quo* se dá na própria dinâmica da sua existência permeado pelas estruturas das relações sociais e de poder e do imaginário coletivo, permeado pelas ideologias elaboradas pelas camadas dirigentes.

Mesmo sem ter sido uma monarquia de direito divino, pois a constituição assim não a reconhecia, apesar de uma ascendência de tal tipo por parte do fundador do império brasileiro, o aspecto simbólico e místico do rei permaneceu implícito na imagem do chefe do governo, afinal, ele não deixou de ser o símbolo do poder e a representatividade do Estado, contribuindo dessa maneira para a construção da sua imagem paternal e transcendental.

Referências

AMARAL, B. do. **História da Bahia do império à república**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Seção Colonial e Provincial, Guia do Império**, 1ª. parte, 1825-26, maço 639-44.

APOSTOLIDDÈS, J. **O Rei Máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

ARAS, L. M. B. **A Santa Federação Imperial, Bahia, 1831 – 1833**. 1995. 228f. São Paulo, Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ARMITAGE, J. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, 1981.

ARAÚJO, U. C. de. **A Guerra da Bahia**. Salvador: CEAO/UFBA, 2001.

_____. “A política dos homens de cor no tempo da Independência”. *In Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 253-268, 2004.

BARATA, A. M. “Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-18230): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil”. *In: CARVALHO, J. M. Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 352-375.

BURKE, P. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

CAMPOS, R. **Viagem ao nascimento de uma nação: o diário de Maria Graham**. São Paulo: Atual, 1996.

CAVALCANTE, Z. “O processo de independência na Bahia”. *In: MOTA, C. G. 1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986. p.231-250.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEBRAY, R. **O Estado Sedutor: as revoluções do poder**. Petrópolis, Vozes, 1994.

DEBRET, J. B.. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tomo II. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

GUERRA FILHO, S. A. D. “Rebeldes ou bêbados? Desordens, soldados artilheiros e álibis étlicos. Morro do São Paulo (1821)”. **Pós-graduação em História-UFPE**, n. 19, p. 7 - 27, 2001.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

_____. **O Povo e a Guerra: Participação Popular nas Lutas pela Independência da Bahia (1822-23)**. 2004, 118f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

KRAAY, H. “Livres como o país”. In **Revista de História**, n. 48, setembro de 2009. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/livres-como-o-pais>. Acesso em 31.08.2014.

_____. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia”. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 43, p. 109-126, 2002.

MACAULAY, N. D. **Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MALERBA, J. “De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência”. In: _____. **A Independência Brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.154-177.

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia: século XIX, uma província no império**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992.

OLIVEIRA, C. H. de S. **A Independência e a construção do Império**. Coordenação Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato. São Paulo: Atual, 1995.

PINHO, J. W. de A. “Bahia: 1808-1856”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, vol. 2, São Paulo: Difel, 1964. p. 242-311.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. “O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na independência da



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Bahia”. In: REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista** . São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros**. Livro I, Teoria do Brasil, 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

RODRIGUES, J. H. **Independência: revolução e contra-revolução – A evolução política** . Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora SA, 1975.

_____ . **História Viva**. São Paulo: Global, 1985.

SHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835** . Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TAVARES, L. H. D. **A Independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1977.

_____ . **Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia: estudos sobre a Sedição de 12 de agosto de 1798, o soldado Luís Gonzaga das Virgens, os escravos no 1798, Francisco Agostinho Gomes, Cipriano Barata e Levante dos Periquitos** . São Paulo: UNESP. 2003.

TORRES, J. C. B. **Figuras do Estado Moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação do poder político no ocidente** . São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.